

**REIVINDICANDO UMA IDENTIDADE HISTORICAMENTE PLURAL:
políticas de ação afirmativa e as construções identitárias exigidas e
manipuladas por seus sujeitos**

**CLAIMING A HISTORICALLY PLURAL IDENTITY:
affirmative action policies and the identity constructions required and
manipulated by their subjects**

Alexsandro Eleotério Pereira de Souza¹

Resumo

A implementação de políticas de ação afirmativa no contexto do ensino superior público brasileiro, especificamente aquelas direcionadas a estudantes que se autodeclaram negros, tem suscitado desde seu surgimento, no início dos anos 2000, uma série de discussões que abrangem distintas esferas da vida nacional. A análise sobre as experiências suscitadas a partir da inclusão universitária, disponibilizadas pelos relatos dos estudantes que tiveram o acesso ao direito à educação pública por essas políticas, nos permite o entendimento de que no âmbito das experiências e subjetividades, a implementação das ações afirmativas fez emergir uma nova categoria identitária: os cotistas. Esse texto tem por objetivo abordar algumas das consequências do racismo na vida cotidiana desses sujeitos.

Palavras-chave: Identidade; Racismo, Estudos sobre o negro; Sociabilidade; Políticas de Ação Afirmativa.

Abstract

The implementation of affirmative action policies in the context of Brazilian public higher education, specifically those aimed at students who declare themselves to be black, has raised a series of discussions since its inception in the early 2000s, covering different spheres of national life. The analysis of the experiences arising from university inclusion, made available by the reports of students who had access to the right to public education through these policies, allows us to understand that within the scope of experiences and subjectivities, the implementation of affirmative actions has emerged a new identity category: quota holders. This text aims to address some of the consequences of racism in the daily lives of these subjects.

Keywords: Identity; Racism, Black studies; Sociability; Affirmative Action Policie

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP-Marília (2019); Doutor em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL (2018), com estágio doutoral na Howard University (Washington-DC). apreciador de rap, jazz e samba, engajado na luta contra os racismos e demais opressões sociais impostas pela modernidade ocidental.

INTRODUÇÃO

Em seu artigo “Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos” Eduardo Maranhão Filho (2009), citando Jorge Larrosa, nos diz que “o ensaísta não põe a si mesmo na escrita, mas tira algo de si e faz algo consigo mesmo escrevendo, pensando, ensaiando” (MARANHÃO FILHO 2009, p.5-6). Isto posto, iníciio este ensaio explicitando o que em mim levou a escolha do sujeito de pesquisa aqui tratado, e o que de mim estará intrínseco nas linhas que compõem este texto.

Filho de uma mulher cuja história se assemelha a de tantas outras mulheres negras que marcadas pelo desamparo material e simbólico se lançam na vida a fim de melhores condições, minhas memórias infantis se voltam à casa dos patrões de minha mãe. Espaço onde vivi, de meu nascimento aos oito anos de idade, distante da área rural de onde migrou minha progenitora e onde meus demais parentes, em sua maioria, residem até os dias atuais. Tratado com todo afeto que imaginava existir, seja pelos patrões de minha mãe, bem como por seus filhos - que os tenho ainda próximo -, quanto por meus parentes, que me viam como o “menino da cidade”, para mim, pelo menos de modo consciente, a questão racial não existiu em minha infância, algo que não posso dizer sobre o período que rege minha adolescência e a vida adulta.

Foi, sobretudo, em minha adolescência, e de modo mais específico no ambiente escolar, que comecei a vivenciar meus primeiros conflitos conscientes, voltados naquele momento à questão de minha pele preta e de minhas faltas materiais. Descreditado por colegas e professores no que tange as minhas capacidades cognitivas, e ladeado, em particular, por meus colegas de sala de aula no que diz respeito a meus afetos, a busca por bens materiais foi a saída que encontrei, a fim de maior reconhecimento por aqueles sujeitos que extrapolavam o seguro ambiente de afetos dispensado a mim durante a minha infância. Com efeito, marginalizando a questão de minha cor, me coloquei, antes mesmo do término de meu colegial a busca por melhores condições materiais, através de minha inserção no mercado de trabalho.

Trabalhando desde os 14 anos de idade, foi somente aos 20 anos que tive a coragem e a possibilidade subjetiva de assumir que as questões envolviam minha negritude pesavam, sobremaneira, em meu modo de me fazer existir, sem, contudo, saber explicitá-las. Até esta idade não me recordo de ter tido uma única discussão com qualquer pessoa sobre questões raciais, e muito menos sobre as limitações psicológicas, cognitivas e materiais impostos pelo racismo a mim e aos demais membros da população negra.

De volta aos estudos, foi no cursinho pré-vestibular que soube da reserva de vagas para estudantes autodeclarados negros no vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Acompanhado desta informação, um conjunto de argumentos favoráveis e contrários às políticas de cotas raciais passaram a me cercar por todos os lados. Aprovado no vestibular e ingressante no curso de graduação em Ciências Sociais, já no primeiro ano do curso tive a possibilidade de me aproximar, por meio de um grupo de pesquisa sobre relações raciais no Brasil, de outros negros que como eu buscavam compreender os motivos sócio-históricos que fizeram com que em nossa época fôssemos desrespeitados cotidianamente em nossos direitos básicos, notadamente por sermos negros.

Ciente da contundente influência que as políticas de ação afirmativa tiveram sobre o modo como me vejo e também sobre minhas práticas sociais, agora, como pesquisador, busco responder algumas questões. Nesse sentido, meus trabalhos se voltam a compressão sobre os modos com que a execução de políticas de ação afirmativa acaba por agir sobre as subjetividades de indivíduos cujo elo para comigo é a cor da pele preta, singularizados por outro lado pelas distintas trajetórias de vida.

Para tanto, no que tange a implementação das políticas de ação afirmativa, é preciso à consciência de que seu êxito se deve, sobretudo, a membros da militância negra que, por sua vez, não objetivavam tais medidas para si, e sim a seus descendentes (SANTOS, 2007). Contudo, nossa pesquisa revela que devido a invisibilidade dada às lutas contra o racismo e as desigualdades raciais no Brasil, grande parte daqueles que acessaram direitos por meio das ações afirmativas apresentam certa dificuldade em reconhecê-las como legítimas.

Isto posto, objetivamos com esse texto explicitar uma *história do tempo presente* vivenciada por sujeitos que, distantes da vivência histórica e de fatos mais explícitos que nos trazem a uma realidade atual racista, lutam contra uma representação social que tende a oprimi-los e silenciá-los, em particular no espaço acadêmico.

O RACISMO À BRASILEIRA

Minha carta de alforria não me deu fazendas, nem dinheiro no banco, nem bigodes retorcidos. Minha carta de alforria costurou meus passos aos corredores da noite de minha pele.

Adão Ventura (1980; 82)

Característica nacional, a desigualdade racial tem sido importante objeto de estudos, sobretudo das ciências humanas, e remonta aos anos 1930, quando as ciências sociais foram institucionalizadas entre nós. Nesse longo período, muito se desvendou do paradoxal e intrínseco caminho que liga o racismo ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro (BASTIDE e FERNANDES, 1955, FERNANDES, 1972; HASENBALG, 1979). Todavia, mesmo diante dos importantes achados teóricos que explicitam os micromecanismos de discriminação do negro², constituintes e conservadores das desigualdades raciais, houve ainda uma forte resistência a sua aceitação e ao seu enfrentamento, não se restringindo às elites governantes e classes dominantes, mas também às classes populares. Tal fato se deu, grosso modo, por subestimarem e assim invisibilizarem os fatores raciais no que tange às desigualdades socioeconômicas, facultando exclusividade à realidade produtiva capitalista, que segundo suas concepções tende a excluir, sem distinção de cor de pele, grande parte da população do acesso a bens e serviços socialmente produzidos (RAMOS, 1957; MOURA, 2019).

A dificuldade em se auferir autonomia às relações raciais brasileiras e, por conseguinte, diferenciá-las das subjetivas e objetivas relações sociais subjacentes à cotidianidade de negros e brancos em países como França e Estados Unidos - de onde veio grande parte de nossos referenciais teóricos, no que tange o estudo das relações raciais - obstou, por um longo período, uma maior consciência sobre a real situação das relações raciais no Brasil (RAMOS, 1957; GUIMARÃES, 2008).

Ao longo do século XX as perspectivas teóricas, no campo das ciências sociais, acerca do tratamento dado às relações raciais podem ser analisadas a partir de três abordagens: nas décadas 1930 e 1940 prevalecem os trabalhos culturais e sociológicos elaborados, respectivamente, por Freyre (1933) e Pierson (1942); já a partir da década de 1950, podemos falar propriamente, como nos diz Guimarães (2008, p.73) da institucionalização de uma *sociologia das relações raciais*, com a publicação das primeiras monografias do projeto UNESCO; por fim, em fins da década de 1970 surge o livro *Discriminação e desigualdades raciais* (1979) de autoria do sociólogo Carlos Hasenbalg, que marca o início da contemporaneidade dos estudos das relações raciais no país.

Em que pese a ímpar contribuição dos trabalhos teóricos empreendidos nas décadas anteriores ao livro de Hasenbalg (1979), é a partir deste que as relações raciais, fortemente marcadas pelas desigualdades socioeconômicas, começam a ser efetivamente debatidas, tanto no espaço acadêmico quanto no âmbito da militância, tomando deste modo contornos mais visíveis,

² Aqui, negros são a soma da população que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE considera como preta e parda.

passando, assim, a serem mais bem compreendidas. É sob esta perspectiva que se abre a possibilidade de se introduzir o racismo na agenda política brasileira (GUIMARÃES, 2008). Hasenbalg (1979) nos viabiliza uma nova perspectiva das relações raciais quando afirma que:

A discriminação e preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionados aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos (HASENBALG, 1979, p. 85).

O pioneirismo de Hasenbalg está no fato do autor incorporar em suas concepções teóricas, para além das contradições de classes - característica inexorável da modernidade/colonialidade -, outras divisões sociais intrínsecas a esse modelo político-econômico, a saber: o gênero e a raça. Ao incorporar em suas análises as categorias de gênero e raça, Hasenbalg adentra ao campo cultural, o que, por sua vez, exige do pesquisador uma aproximação da vivência de sujeitos reais³, seja pela etnografia ou pela etnologia. Isto, por sua vez, o leva a teorizar sobre comportamentos, mitos, crenças e ideologias. Com efeito, em nossa época, estudos sobre *ethos*, sociabilidade, gênero, raça, identidade, memória, enfim, atribuições que num outro momento não eram tidas como funcionais para a alocação de posições na sociedade de classes passam a ser condição essencial ao entendimento das relações sociais e raciais no Brasil.

Desta feita, diante dos avanços teóricos ocorridos no século XX, que inegavelmente tiveram forte influência em aspectos culturais, sociais, econômicos e jurídicos no que tange à realidade social da população negra, busca-se compreender como esses novos conhecimentos e mesmo a busca por reparação das desigualdades raciais influenciam o cotidiano de uma parcela desse contingente populacional, os jovens negros(as). Esses jovens, imersos em uma realidade sócio-histórica que os afastou da garantia de direitos sociais básicos, se veem respaldados em nossa época pelas políticas de ação afirmativa como instrumento para o acesso, em particular no campo educacional. Isto posto, buscamos explicitar como esta nova realidade social, na qual o reconhecimento formal do racismo e das desigualdades raciais se faz presente, afeta as subjetividades e as idiosincrasias deste grupo, que para usufruir dos direitos garantidos pelas políticas de ação afirmativa precisam se autoidentificarem e autoafirmarem-se enquanto negros,

³ Segundo Aurell, numa perspectiva da qual compartilhamos, “o relato não só transmite uma informação concreta, como também proporciona as melhores ferramentas epistemológicas ao historiador” (AURELL 2010, p.177), disponibilizando assim uma melhor compreensão sobre a realidade vivida pelo sujeito-objeto investigado e, por conseguinte, maior legitimidade a pesquisa.

identidade racial historicamente renegada e subjugada no Brasil (MUNANGA, 2008; SKIDMORE, 2012).

NEGRO/A E ESTUDANTE DE MEDICINA: UM PARADOXO PARA AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Como membro de projetos de pesquisa e extensão no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, a circulação entre os discentes desta universidade fez surgir o convite, por uma estudante do curso de medicina, para ministrar uma palestra sobre *identidade negra*. Essa palestra foi dirigida a ela e seus colegas de curso, que se organizavam para fundar um coletivo de estudantes negros, o Negrex-UEL.

Antes de iniciar minha fala, os questioneei sobre os motivos que os levaram a formação de tal coletivo e quais questões os motivaram a iniciar seus trabalhos com o tema da *identidade negra*. No que tange a primeira questão, disseram se tratar de uma demanda suscitada por estudantes negros de medicina, reunidos no XXVII Congresso Brasileiro dos Estudantes de Medicina (COBREM), do qual alguns dos estudantes ali presentes fizeram parte; já sobre a segunda questão, relataram ter certa dificuldade no entendimento sobre as denominações de preto, pardo e negro, bem como sobre os meandros sócio-históricos para o engendramento de representações sociais que acabam por delimitar a sociabilidade da população negra, os submetendo a marginalidade socioeconômica e o desrespeito enquanto cidadãos.

Após minha fala sobre o *racismo à brasileira*, cujo conteúdo se aproximou ao explícito no subitem anterior, e também sobre minha trajetória de vida pessoal e acadêmica, iniciaram-se as discussões sobre os temas abordados. Os estudantes negros, dez no total, passaram a me contar sobre suas vivências cotidianas no âmbito acadêmico. Ingressantes pelo sistema de cotas e estudantes de medicina, suas atividades se realizavam, em maior parte, no Hospital Universitário, local distante do campus da UEL. Os estudantes me relataram as discriminações e os sentimentos negativos vivenciados neste espaço de “aprendizado”, ligados ao fato de sua cor e por suas respectivas condições de cotistas.

No que diz respeito às discriminações vividas, as falas se remeteram ao tratamento dispensado por docentes do curso que, mesmo sem o respaldo de dados estatísticos que dizem o

contrário⁴, expõem sua crença de que as cotas raciais têm rebaixado a qualidade do curso, a mesma visão se estende a alguns discentes não negros que cotidianamente externalizam a mesma crença. Todavia, a discriminação não se restringe a docentes e colegas discentes não negros, ou seja, aos professores e colegas de curso dos estudantes. A dificuldade em se auferir legitimidade a um estudante negro no elitizado “curso branco de medicina”, faz que servidores e pacientes não os reconheçam como profissionais em formação, que os são. Nesse sentido, a designação aos estudantes como enfermeiros, servidores ou outras funções cuja peculiaridade no âmbito de um hospital é *status* inferior, em relação ao de um médico, nos proporciona a compreensão da discriminação vivenciada, não pelas funções em si, mas pelas representações sociais de cada função e a crença de que um negro naquele espaço não estaria em condições de exercer a de maior prestígio.

Isto posto, se faz pertinente a percepção de Axel Honneth (2003) que elabora sua teoria a partir do entendimento de que o indivíduo só pode ter uma relação positiva consigo mesmo se for reconhecido pelos demais membros da comunidade. Destarte, inspirado nos escritos de Hegel, distingue as formas de reconhecimento social em três dimensões:

As relações primárias, ligadas à experiência do “amor” e da “amizade”, fazem parte da esfera emotiva. Tal esfera permite ao indivíduo desenvolver uma confiança em si mesmo, indispensável para seus projetos de autorrealização. A segunda dimensão do reconhecimento abrange as relações jurídicas próprias do campo do “direito”. Essa esfera jurídico moral assegura aqueles direitos que permitem que a pessoa seja reconhecida como autônoma e moralmente imputável, possibilitando assim o desenvolvimento dos sentimentos de autorrespeito. Na comunidade de valores, por fim, residirá a terceira dimensão do reconhecimento, que Honneth compreende como uma dimensão da “solidariedade” social. Para além da autoconfiança e do sentimento de autorrespeito, essa dimensão abrange a esfera da estima social, em que os projetos de realização pessoal podem ser objeto de um respeito solidário numa comunidade de valores (WERLE; MELO 2013, P. 188).

Ora, deslegitimados no âmbito universitário em sua *autorrealização, autorrespeito e estima social*, os sentimentos que recaem sobre esses estudantes, infere-se, são os mais negativos. Assim, o que era a realização de um sonho, o ingresso no curso cobiçado e, por conseguinte, a titulação acadêmica, tende a se transformar no tempo presente, em uma árdua luta por “sobrevivência”, cujo êxito se expressa na conclusão do curso. Desta forma, salienta-se que, para além das dificuldades

⁴ Cf.: SILVA, Maria Nilza da ; PACHECO, J. Q. . *As cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina-UEL: balanço e perspectivas*. In: Jocélio Teles dos Santos. (Org.). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. 1ed.Salvador: UFBA/CEAO, 2013, v. 1, p. 1-25.

impostas pelo cotidiano acadêmico de atividades complexas, que envolvem de certo modo todos os cursos de ensino superior, estes estudantes têm ainda que lidar com as inseguranças subjetivas que lhes são socialmente impostas pelo racismo.

Tal realidade se impõe a esses estudantes devido, sobretudo, a uma representação social que tende a inferiorizá-los em sua individualidade, mas que, não obstante, recai sobre a população negra em sua totalidade e de diferentes formas (BENTO; CARONE, 2012; FANON, 2008). Ora, “a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (JODELET 2001, p, 17-18). No que tange a constituição das representações sociais, Jodelet (2001) explica que estas:

Apoiam-se em valores variáveis – segundo os grupos sociais de onde tiram suas significações – e em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular: e notaremos que são processos centrais na elaboração representativa. Estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos (JODELET 2001, p. 21).

Despreocupada com o senso crítico, as representações sociais se coadunam a vida cotidiana das pessoas, naturalizando processos que são sócio-historicamente constituídos para atender a interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros, obstaculizando novas formas de sociabilidade e, por conseguinte, a possibilidade de respeito às diferenças.

A busca pela reparação do abismo socioeconômico e cultural existente entre negros e brancos, engendrado por uma representação social que hierarquiza e inferioriza aqueles primeiros, tem gerado, como efeito colateral, sofrimento social e psíquico à geração negra de nossa época atual. Sofrimento esse vivido não só pelos beneficiados pelas políticas afirmativas, mas a todos aqueles que diante do intenso debate visualizado na mídia e que resvala na vida cotidiana não conseguem fugir a memórias quistas, talvez, esquecidas, memórias cujo conteúdo os remetem a autodesvalorização, insegurança e sentimento de baixa estima social.

A fim de explicitar de algum modo essas subjetividades, trago no subitem a seguir algumas análises sobre identidades e identificação negra, bem como relatos desses estudantes cotistas.

TORNAR-SE NEGRO: IDENTIFICAÇÃO NEGRA E A DESLEGITIMAÇÃO DAS CONCEPÇÕES IDENTITÁRIAS DOS ESTUDANTES COTISTAS

A identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.

WOODWARD, Kathryn, 2014, p. 20

[...] ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se.

SOUZA, Neusa Santos, 1983, p.33

Instigante fenômeno sócio-histórico e político-cultural, sobre o qual um número cada vez maior de pesquisadores vem se debruçando, em nossa época o tema identidade é objeto de discussão nos mais variados âmbitos, políticos, sociais, culturais, acadêmico, enfim, pensado por intelectuais, ativistas, e até mesmo por pessoas que não se sentem diretamente afetadas pelo tema. Objeto de disputa no cenário acadêmico e militante, os conflitos e debates suscitados com as políticas identitárias têm, inexoravelmente, influenciado a vida cotidiana do cidadão comum, imerso na práxis, por vezes, mecanizada do dia a dia, realidade essa que, ocasionalmente, se mostra como limitante ao aprofundamento de questões socioculturais e político-econômicas em meio às rápidas transformações sociais ocorridos no contexto do mundo globalizado.

Autores/as de distintas correntes de pensamento, a exemplo da *antropologia contemporânea*, dos *estudos culturais*, *pós-coloniais*, *pós-modernos*, *pós-estruturalistas*, *decoloniais* e *saberes subalternos*, têm denunciado os impactos socioeconômicos, culturais e subjetivos, suscitados pela percepção e conceituização de identidades fechadas e tidas como completas, essencializadas ao longo da história moderna, tendo por base princípios biológicos, sociohistóricos e mesmo geopolíticos. Neste contexto, o conceito de identidade vem sendo utilizado como instrumento analítico para abordar aspectos da vivência humana e, por conseguinte, das diferenças que acabam por as caracterizar.

Concomitantemente a essas denúncias, esses autores/as têm disponibilizado uma contundente gama de análises e reflexões que nos levam ao entendimento de que as identidades, sejam elas étnicas, raciais, culturais, de gênero, entre outras, são caracterizadas, em particular, por uma visão específica dos sujeitos que a portam, bem como por seu caráter discursivo e mesmo de perspectiva histórica, expondo assim sua fluidez e conseguinte fragilidade. Compartilham deste modo o entendimento de que o termo identidade, no singular, acaba por descaracterizar a realidade social, em particular no contexto da modernidade tardia, sendo a multiplicidade de perspectivas expressas pelo termo identidades, no plural, um uso mais apropriado.

Exemplo dessa realidade na qual explicita-se as visões específicas sobre determinada identidade pode ser constatada quando da análise do uso do termo negro, enquanto característica

identitária politicamente mobilizadora dos descendentes de escravos e ex-escravos, pelos movimentos negros ao longo do século XX.

A utilização do termo negro para nomear as entidades, e mesmo para estabelecer o recorte étnico-racial do público o qual objetivavam beneficiar, nos permite visualizar um posicionamento filosófico-político inspirado em paradigmas identitários binários (brancos-negros, nós-eles, colonizadores-colonizados, opressor-oprimido etc.), intrínseco a essas entidades. Deste modo, mesmo com distintas significações as identidades negras se caracterizam, no contexto dos movimentos sociais negros, como responsáveis por estabelecer critérios de inclusão e exclusão.

Sobre a utilização de identidades enquanto ferramenta para análises teóricas, mobilização política e mesmo sua utilização prática na vida cotidiana, devemos compreender que a identidade, como por exemplo a identidade étnica, não deve ser pensada como uma entidade em si, dado o fato de estar ligada a contingências e contextualidades. Nesse sentido, o antropólogo norueguês, Thomas Hylland Eriksen (2003), compreende que seria prudente usarmos o termo “identificação” no lugar de “identidade”. Essa compreensão surge, pois, para o antropólogo, a temática identitária diz respeito a processos contínuos, relacionados a distintas variáveis socioeconômicas e político-culturais, não sendo assim algo que possa ser “possuída” ou “perdida”, mas negociada e contingenciada. Isto posto, podemos compreender que identidades são construções profundamente marcadas pelas diversas relações em que os sujeitos estão inseridos e envolvidos e pelos contextos em que vivem.

Assim como a utilização da expressão movimentos negros, no plural, devido as distintas formas pelas quais foram erigidos, com diferentes demandas e perspectivas ideológicas (DOMINGUES, 2004; 2008), a identidade negra deve ser considerada em sua multiplicidade de características, objetivando diferentes propósitos, seja pelos sujeitos que se identificam com as identidades negras possíveis, ou mesmo por aqueles agentes que acabam por identificar determinado indivíduo de pele preta ou parda como negro, desconsiderando assim a multiplicidade dessa identidade. Essa característica fluida e manipulável da identidade faz-se melhor compreensível a partir do entendimento de que:

Ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum (WOODWARD, 2014, p.29).

Inserido no campo de conhecimento abrangido pelos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, cujo o foco analítico gira em torno de três conceitos básicos que envolvem cultura, poder e

identidade, Stuart Hall (2014), enfatiza que essa possibilidade de reconstrução e transformação da identidade, apontada por Woodward, leva em conta o fato de que a identidade tenha um passado e mesmo uma significação simbólica e política. Todavia, essa mesma identidade solicita, no contexto do mundo globalizado, um reconhecimento e que ao resgatá-la, o sujeito a reconstrói, fazendo com que o passado, filtrado pelas experiências dos diferentes agentes, passe por um processo de transformação. Essa ideia mais abrangente de identidade étnico-racial impede sua legitimação pela busca de um passado que parece “real” e único, dependendo assim dos sujeitos em jogo acerca do debate (agenciamento/*agency*) e histórico de disputas identitárias (sistema/estrutura).

Como explico na primeira epígrafe deste subtópico, de acordo com as reflexões da professora Kathryn Woodward (2014), preconizadas e sucedidas por inúmeros intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, a identidade enquanto fenômeno subjetivo e social não é cotidianamente pensada, tornando-se alvo de reflexão, particularmente, quando em crise. Essa afirmação nos leva a indagar sobre os momentos e circunstâncias responsáveis por fazer emergir tais crises da identidade, bem como os desdobramentos desse “despertar” identitário no dia a dia de quem os vivência.

A fim de explicitar algumas vivências empíricas sobre esse momento de crise identitária, a qual nos permite verificar sua fluidez e fragilidade, lanço mão do relato de três estudantes cotistas, Zumbi, Gabriel e Dandara, nomes fictícios a fim da preservação de seus nomes verdadeiros, sobre suas primeiras experiências, contato e identificação com uma das possíveis identidades negras, expressa aqui pela perspectivação da pele preta/parda como sinônimo de negro, tal qual utilizado pelos movimentos negros, vejamos.

Até minha entrada na UEL eu não me autodeclarava negro, se as pessoas perguntassem pra mim qual era a minha cor, eu nuncaalaria que eu era negro, eu só falava, “ah eu não sou branco, mas nunca me declarava negro”. Na verdade, eu não queria falar sobre isso, na verdade eu sabia que eu não era branco, mas realmente eu não queria falar sobre isso. Na verdade, foi uma parada assim muito complicada. Eu terminei o colégio, isso foi em 2009, e eu entrei na UEL em 2013. Nesse intervalo eu fui trabalhar, consegui trabalho numa indústria de fabricação de plásticos chamada Dixie Toga, trabalhei lá de 2010 até 2013, daí foi quando a minha irmã teve essa ideia, e me disse: “meu, a gente precisa mudar de vida, vamos fazer uma faculdade”, e eu lembro que ainda falei pra ela: “poxa mas esse negócio é tenso, e a gente tem que trabalhar, vai ficar muita coisa pra fazer”, aí eu ainda perguntei como que a gente ia fazer isso aí? Aí começamos a fazer cursinho, e lá tinham alguns professores que falavam sobre as cotas na UEL, e tinham uns professores que falavam bem e outros professores que sentavam o pau, alguns eram a favor e outros eram contrários. Eu nem sabia o que era direito esse negócio de cotas, no começo eu tinha um discurso assim “ah mas se eu

tenho capacidade então eu posso passar [no vestibular] sem cotas”. Mas aí as coisas foram acontecendo e seis meses depois de eu ter entrado no cursinho eu acabei sendo convencido, tanto sobre a política de cotas quanto a esses debates sobre as relações raciais, enfim, eu era negro. Era até engraçado, tipo, eu tinha uma aula que o professor falava bem e depois, já logo em seguida, vinha outro professor e já falava mal, falava contra as cotas. Aí eu fui começando a entender melhor, sobretudo através de conversas particulares com os professores, porque eu sempre questionava muito, aí os professores todos concordavam que eu tinha que prestar UEL, mas alguns falavam pra eu tentar pelas cotas e me falavam que tinha algumas políticas de bolsas e que assim eu conseguiria me manter, já outros diziam pra eu não prestar pelas cotas raciais, que eu tinha capacidade de entrar sozinho (risos) (Zumbi, estudante de medicina, 23 anos).

Na segunda epígrafe desse subitem, a psicóloga Neusa Souza (1983) nos traz um interessante argumento, direcionado ao entendimento sobre as vicissitudes que levam a identificação do sujeito com uma das identidades negras possíveis. Daí uma melhor compreensão sobre a percepção da autora de que ser negro não é uma condição dada *a priori*, mas sim um vir a ser, um *tornar-se negro*. O relato de Zumbi nos permite melhor visualizar a contundente afirmação de Souza (1983), e também corrobora a reflexão de Woodward (2014) sobre a identidade como uma questão de tornar-se, revisitando também as teorizações de Hall (2014), no que tange ao processo de reconstrução e transformações de velhas identidades.

Imerso numa realidade social na qual o trabalho é tido como necessário às demandas socioeconômicas, ao término do ensino médio, já apto à inserção no mundo do trabalho, Zumbi toma seu destino, empenhando-se entre os anos de 2010 e 2013 no trabalho em uma indústria de embalagens. Como afirma nosso colaborador, até esse período o mesmo não tinha o hábito e também não queria se posicionar sobre discussões cujo teor se relacionam à identificação a partir da cor de pele. Todavia, diante do surgimento dessa questão, Zumbi afirma que nunca se identificaria como sendo negro, diria apenas que branco ele não era. Assumia assim, com menor ou maior consciência sobre o desdobramento desse posicionalmente para os embates que permeiam as políticas identitárias, uma histórica identificação socialmente compreendida como signo de subalternidade, colocando-se como o avesso do branco, o *outro* da narrativa histórica (DU BOIS 1999; FANON, 2008; 2008; MBEMBE, 2018). Sem motivos para obtenção de privilégios socioeconômicos e simbólicos, a autoafirmação de Zumbi não sofria até então nenhum tipo de constrangimento, passando o estudante a maior parte da vida sem maiores motivações para crises identitárias.

Verifica-se também no relato do estudante que não há a diferenciação entre cor de pele e o termo negro, aparecendo, contudo, o propósito em não se identificar com a cor “negra”. Paradoxalmente a essa afirmação, ao diferenciar-se pela consciência de que não é branco, Zumbi

adentrara, inconscientemente, a histórica luta empreendida pelos movimentos negros, caracterizada pela busca de reconhecimento jurídico-social enquanto agentes sociais e em igual importância em relação à população branca.

Mesmo não verbalizando de modo direto, a questão e demanda sobre identificação racial, suscitada pelos professores durante a preparação para o vestibular, Zumbi afirma que após seis meses de debates o estudante se descobriu negro: “enfim, eu era negro”. Como visto no relato, atrelado à apresentação ao estudante sobre sistema de cotas na UEL, explicitava-se também os posicionamentos favoráveis e contrários, por parte dos professores, à política de reserva de vagas com recorte racial. O colaborador não explicitou qual a percepção dos professores sobre as vagas reservadas a estudantes oriundos de escolas públicas, tampouco o teor das conversas particulares que teve com os mesmos. Todo esse processo fez com que Zumbi, utilizando a expressão do estudante, fosse “convencido”, tanto a optar pela candidatura à reserva de vagas direcionada a autodeclarados negros, quanto a designação negra para se referir a sua pele.

Dandara, estudante de medicina, também nos relata o modo com que essa experiência de identificação negra foi por ela vivenciada. De modo sucinto, reflete que:

Olha, eu vou te falar a verdade, eu comecei a me reconhecer como negra aqui na UEL, antes eu me reconhecia como morena ou como mestiça, eu não me reconhecia e eu não falava que era negra, que eu era preta. Lá em casa ninguém falava que era negro, nem mesmo entre meus amigos havia quem se identificasse assim. Foi um processo muito duro pra mim, mas não tive como escapar. No cursinho já era difícil, as pessoas me olhavam como que se eu fosse roubar a vaga delas na universidade, mesmo não sabendo se eu ia prestar vestibular pelas cotas raciais. Daí chegando aqui na UEL, vixi, você não precisa nem saber que é negra, as pessoas te dizem, são olhares, gestos e às vezes te chamam mesmo de cotista (Dandara, estudante de medicina, 32 anos).

Nos é cara a percepção, observada tanto no relato de Dandara quanto no de Zumbi, sobre o modo abrupto com que os indivíduos começam, após anos de vida, a serem identificados com uma identidade com qual os próprios sujeitos em questão não demonstram afinidade. Dandara explicita que em seu meio familiar e social a identificação da pele com o termo negro não era uma constante, daí a caracterização desse processo em “tornar-se negra” como, utilizando as palavras da mesma, duro e difícil. A primeira parte dessa trajetória de atribuição de uma nova identificação ocorre com o início da preparação para o vestibular, no cursinho. É nesse momento que a estudante passa sofrer o processo de deslegitimação de suas experiências subjetivas e coletivas, responsáveis, dentre outras variáveis, por proporcionar-lhe uma concepção de identidade corporal morena e às vezes mestiça, havendo a imposição, a partir das percepções suscitadas por uma *comunidade*

imaginada, da identificação negra com base na pele de Dandara. Aqui o processo de identificação negra, demandada pelos pares do cursinho, coaduna-se ao “privilégio” da reserva de vagas no vestibular, entendido pelos estudantes brancos como sinônimo de trapaça, ao passo que segundo suas perspectivas a identificação negra por eles atribuída a Dandara era a responsável pelo “roubo” de vagas na universidade.

Esse panorama se vê aprofundado, de acordo com Dandara, com sua inserção aos bancos universitários. Nossa colaboradora demonstra que no cursinho pré-vestibular havia ainda uma pequena possibilidade de argumentação sobre essa nova identificação outorgada, ligada aqui à possibilidade de inscrição ou não pelo sistema de cotas, já na UEL a probabilidade se reduz, “você não precisa nem saber que é negra, as pessoas te dizem, são olhares, gestos e as vezes te chamam mesmo de cotista”. Pretos, pardos, morenos, mestiços e negros são vistos, nesta lógica, como cotistas, não havendo a possibilidade de argumentação em contrário.

Por fim, trago agora o relato do também estudante de medicina, Gabriel. Diferentemente dos relatos de Zumbi e Dandara, nos quais a identificação com a pele negra ocorreu por intermédio de professores no primeiro relato e dos colegas estudantes no segundo episódio, a questão da identificação para Gabriel surge, sobretudo, a partir de questões subjetivas sobre a percepção de sua cor de pele, despertadas pela autodeclaração negra como critério para a opção das cotas raciais.

Assim, na UEL quando eu pesquisei sobre o sistema de cotas, eu fiquei assim, não com medo, mas eu pensei, as cotas lá na UEL são destinadas para negros e até então eu me considerava pardo. Eu não me reconhecia como negro ainda, porque as pessoas não se reconhecem como negras, elas se reconhecem como pardas ou mestiças, mas negro, sei lá, é uma coisa que incomoda. Eu tinha isso, eu pensava, não, eu não sou negro, eu sou pardo, até comentei com uma amiga minha, e ela falou: “não Gabriel, você é negro”, e eu disse: “não, eu não sou negro, eu sou pardo! A nossa mentalidade é assim, ela sempre quer embranquecer, e daí eu comecei a pesquisar e eu pensei poxa, é uma oportunidade, basicamente foi isso que eu pensei, e acabei me inscrevendo no vestibular como negro (Gabriel, estudante de medicina, 21 anos).

As dúvidas de Gabriel sobre a identificação de sua pele surgem aqui a partir do ato de inscrição no vestibular, através da possibilidade em inscrever-se pelo sistema de cotas raciais. Diante do requisito em autodeclarar-se negro, o estudante acaba por repensar-se, não se identificando, num primeiro momento, com a autodesignação ali solicitada. Em sua trajetória de vida, nosso colaborador tinha a percepção de si enquanto pardo, mas não negro, chegando ao extremo de questionar uma amiga sobre tal aferição, mas discordando da mesma quando de seu veredito, você é negro! Por fim, Gabriel se autoidentifica enquanto sujeito, ao menos no ato de inscrição para o vestibular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da realidade apresentada pode, para além balizar a gestão de políticas públicas afim de que essas sejam mais humanizadas e se explicitem num aprimoramento da práxis, nos sensibilizar para questões da vida cotidiana, tão impregnadas pelo pragmatismo e invisibilidade das consequências sociais e subjetivas suscitadas pelo racismo. Trata-se aqui, não apenas de um problema psicossocial que atinge em uníssono a população negra, e sim de uma questão social, pois ao afetar 54% da população brasileira não permite com que haja uma justiça social.

Silenciados ao longo da história, os testemunhos do passado e do presente, tomados da população negra, nas mais distintas esferas sociais, são o meio mais profícuo para uma compreensão do tempo presente no contexto brasileiro, marcado por uma guerra civil que não se quer aceitar, mas que se vê patente pelo alto número de homicídios no país e, sobretudo, pela cor da pele de quem morre e de quem mata. Para além desse dado, o aumento das doenças e sofrimento psíquico nos alertam para desafios, compromisso e uma agenda que incorpore de modo efetivo a questão negra, que não é, se pensada no passado, um problema do negro, mas sim uma questão de todos, todas e todes.

REFERÊNCIAS

AURELL, Jaume. **A escrita da História**. São Paulo, SITA-BRASIL, 2010.

BASTIDE, R., FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

CARONE & M. A. BENTO (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo**. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente branca**. Tradução Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro, Lacerda Ed. 1999.

FANON. F. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA. 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo, Difel, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006, (1º ed. 1933).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Preconceito racial. Modos, Temas e Tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In T. T. Silva (Org.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (15ª ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais** (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

JODELET, Denise (Org.). **Representações Sociais.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Por uma História do tempo Presente: uma história de nós mesmos. IN: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p.137-151. 2009.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** São Paulo: Editora n-1, 2018.

MELO, R./WERLE, D. L. Um déficit político do liberalismo hegeliano? Autonomia e reconhecimento em Honneth. In: MELO, R. (org.). **A teoria crítica de Axel Honneth.** Reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo, Editora Perspectiva, 2019.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra** (3ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIERSON, Donald. **Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial.** 2º ed. SP: Companhia Editora Nacional, 1971, (1º ed. 1942).

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

SANTOS, S. A. (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Neusa. S. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VENTURA, Adão. **A cor da pele.** 5ª edição. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1980.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (15ª ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.